

TEORIA GERAL DOS TÍTULOS DE CRÉDITO ELETRÔNICOS

ALUER BAPTISTA FREIRE JÚNIOR
RODRIGO ALMEIDA MAGALHÃES



D'PLÁCIDO
EDITORA

TEORIA GERAL DOS TÍTULOS DE CRÉDITO ELETRÔNICOS

ALUER BAPTISTA FREIRE JÚNIOR
RODRIGO ALMEIDA MAGALHÃES



D'PLÁCIDO
EDITORA

Copyright © 2016, D' Plácido Editora.
Copyright © 2016, Aluer Baptista Freire Júnior.
Copyright © 2016, Rodrigo Almeida Magalhães.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa
Letícia Robini de Souza

Diagramação
Letícia Robini de Souza

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios, sem a autorização prévia da D'Plácido Editora.



Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843 , Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 3261 2801
CEP 30140-007

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

JÚNIOR, Aluer Baptista Freire; MAGALHÃES, Rodrigo Almeida.

Teoria geral dos títulos de crédito eletrônicos -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-8425-318-0

1. Direito. 2. Direito Empresarial. 3. Título de Crédito Eletrônico. I. Título.

CDU347.7

CDD342.2

LISTA DE SIGLAS

ABEP.....	Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação
ABR.....	Registro se divide em Autoridade Básica de Registro
AC.....	Autoridades Certificadoras
AJUFE.....	Associação de Juízes Federais do Brasil
AJUFE.....	Associação de Juízes Federais do Brasil
AR.....	Autoridades de Registros
ARSE.....	Autoridade de Registro com Serviços Estendidos
BACEN.....	Banco Central
Camara-e.net.....	Câmara Brasileira do Comércio Eletrônico
CCB.....	Cédula de Crédito Bancário
CCE.....	Cédulas de Crédito à Exportação
CCI.....	Cédula de Crédito Imobiliário
CDA.....	Certificado de Depósito Agropecuário
CDB.....	Certificado de Depósito Bancário
CDCA.....	Certificado de Direitos Creditórios Agropecuário
CETIP.....	Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos

CGA.....	Gatekeeper Competent Authority
CMN.....	Conselho Monetário Nacional
CPC.....	Código de Processo Civil
CPR.....	Cédula de Produto Rural
CRA.....	Certificados de Recebíveis do Agronegócio
CRI.....	Certificados de Recebíveis de Créditos Imobiliários
CRP.....	Cédula Rural Pignoratícia
CTN.....	Código Tributário Nacional
CVM.....	Comissão de Valores Mobiliários
DI.....	Depósito Interfinanceiro
DOC.....	Documento de Ordem de Crédito
DPGE.....	Depósito a Prazo com Garantia Especial
DVP.....	<i>Delivery Versus Payment</i>
FEBRABAN.....	Federação Brasileira de Bancos
IBGE.....	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE.....	Intercontinental Exchange
ICP.....	Chaves Públicas Brasileira
ITL.....	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
LCA.....	Letra de Crédito do Agronegócio
LCI.....	Letra de Crédito Imobiliário
LCR.....	Lista de Certificados Revogados
LF.....	Letra Financeira
LH.....	Letra Hipotecária
LIC.....	Letra de Crédito Imobiliário
LUG.....	Lei Uniforme de Genebra
MP.....	Medida Provisória

NCE.....	Nota de Crédito à Exportação
NCI.....	Nota de Crédito Industrial
NCPC.....	Novo Código de Processo Civil
NPR.....	Nota Promissória Rural
PDF.....	Portable Document Format
PNAD.....	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PSS.....	Prestadores de Serviços de Suporte
PU.....	Preço Unitário
RDB.....	Recibo de Depósito Bancário
SBC.....	Sociedade Brasileira de Computação
SELIC.....	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SPB.....	Sistema de Pagamento Brasileiro
SPE.....	Sociedade de Propósito Específico
STF.....	Supremo Tribunal Federal
STN.....	Secretariado Tesouro Nacional
TAMG.....	Tribunal de Alçada de Minas Gerais
TED.....	Transferência Eletrônica Disponível
WA.....	Warrant Agropecuário

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 - Emissão de nota promissória eletrônica.....	452
Esquema 2 - Emissão de Letra de Câmbio Eletrônica.....	456
Esquema 3 - Enviando de B tomador/ beneficiário para C sacado.....	457
Esquema 4 - Letra de câmbio eletrônica e aceite.....	458
Esquema 5 - Endosso de Nota Promissória Eletrônica.....	461
Esquema 6 - Endosso de Letra de Câmbio Eletrônica.....	463
Esquema 7 - Aval na Cambial Eletrônica.....	467
Esquema 8 - Pagamento da Cambial Eletrônica.....	470
Esquema 9 - Pagamento de Cambial Eletrônica Endossada.....	472
Esquema 10 - Pagamento de Cambial Eletrônica.....	473
Esquema 11 - Exemplo do que se propõe.....	476

SUMÁRIO

PREFÁCIO	19
APRESENTAÇÃO	23
1. INTRODUÇÃO	25
2. TÍTULOS DE CRÉDITO	33
2.1. O crédito.....	33
2.2. Títulos de crédito – antecedentes históricos.....	37
2.3. Título de crédito – função principal.....	46
2.4. Princípios cambiários.....	49
2.4.1. Cartularidade ou incorporação.....	51
2.4.2. Literalidade.....	56
2.4.3. Autonomia.....	60
2.4.3.1. Abstração e independência.....	66
2.4.4. Formalismo.....	69
2.5. Teorias sobre os títulos de crédito.....	70
2.5.1. Teoria contratualista.....	72
2.5.2. Teoria da criação.....	74
2.5.3. Teoria da emissão.....	75
2.5.4. Teoria da aparência.....	77
2.5.5. Teoria da propriedade.....	78

2.5.6. Conclusão sobre as teorias utilizando os ensinamentos de Pontes de Miranda.....	79
2.6. Normas aplicáveis aos títulos de crédito.....	81
2.6.1. A Lei Uniforme de Genebra e sua introdução no direito brasileiro	82
2.6.1.1. Reservas na LUG pelo governo brasileiro	85
2.6.2. Conflitos normativos entre normas cambiárias vigentes.....	91
2.7. Classificação dos títulos de crédito quanto à categoria.....	93
2.7.1. Títulos de crédito próprios.....	93
2.7.2. Títulos impróprios.....	94
2.8. Classificação dos títulos de crédito quanto à circulação.....	97
2.8.1. Títulos nominais, títulos nominativos, títulos escriturais e títulos ao portador.....	98
2.8.2. Classificação quanto à circulação: títulos nominais, nominativos, escriturais e ao portador.....	99
2.8.2.1. Títulos nominativos, títulos escriturais e títulos ao portador.....	100
2.8.2.2. Títulos nominais (à ordem, não à ordem) e endosso.....	108
2.9. A importância dos títulos de crédito e seu reconhecimento eletrônico.....	129
3. AVAL.....	133
3.1. Aval – histórico e conceito.....	133
3.2. Aval – peculiaridades.....	137
3.3. Aval x fiança.....	150
3.4. Aval x endosso.....	154

3.5. Cancelamento do aval e sua extinção.....	155
3.6. A possibilidade do aval e endosso em cambiais eletrônicas.....	156
4. LETRA DE CÂMBIO E NOTA PROMISSÓRIA.....	159
4.1. Origem da letra de câmbio.....	159
4.2. Letra de câmbio e nota promissória no direito brasileiro e direito comparado.....	168
4.3. Conceito	174
4.3.1. Elementos pessoais na letra de câmbio.....	175
4.3.2. Atos cambiários principais e acessórios ou eventuais.....	177
4.4. Letra de câmbio – requisitos.....	177
4.4.1. A palavra “letra” inserta no próprio texto do título e expressa na língua empregada para a redação desse título.....	178
4.4.2. O mandato puro e simples de pagar uma quantia determinada.....	182
4.4.3. O nome daquele que deve pagar.....	186
4.4.4. A época do pagamento.....	190
4.4.5. A indicação do lugar em que se deve efetuar o pagamento.....	190
4.4.6. O nome da pessoa a quem ou à ordem de quem deve ser paga.....	192
4.4.7. A indicação da data em que e do lugar onde a letra é passada.....	194
4.4.8. A assinatura de quem passa a letra (sacador).....	196
4.5. Falta de requisito na emissão.....	199
4.6. Partes na letra de câmbio.....	201
4.7. Aceite.....	202
4.7.1. Histórico e conceito	203

4.7.2. Requisitos gerais.....	205
4.7.3. Apresentação e data do aceite.....	212
4.7.4. Aceite por intervenção.....	217
4.8. Vencimento e pagamento.....	222
4.8.1. Vencimentos – ordinário e extraordinário.....	222
4.8.2. Pagamento.....	229
4.8.3. Pagamento por intervenção.....	239
4.8.4. Objeção ao pagamento.....	242
4.8.5. Direito de ação.....	245
4.8.6. Ressaque.....	248
4.8.7. Prescrição.....	249
4.9. Protesto.....	252
4.9.1. Protesto por falta de aceite.....	253
4.9.2. Protesto por falta de pagamento.....	255
4.9.3. Protesto por falta de data de aceite.....	257
4.10. Letra de Crédito Imobiliário (LIC).....	257
4.10.1. Securitização de recebíveis.....	262
4.10.2. CETIP.....	270
4.11. Letra de câmbio eletrônica, importância e viabilidade de sua utilização no território pátrio.....	276
4.12. Nota promissória.....	279
4.12.1. Origem.....	279
4.12.2. Nota promissória – conceito.....	282
4.12.3. Requisitos da nota promissória.....	285
4.12.3.1. Denominação “Nota Promissória” inserta no próprio texto do título e expressa na língua em que for emitida.....	287
4.12.3.2. A promessa pura e simples de pagar quantia determinada.....	288

4.12.3.3. Nome do beneficiário.....	290
4.12.3.4. Assinatura de quem passa a nota promissória.....	292
4.12.3.5. A época do pagamento, indicação do lugar onde deve ser feito o pagamento, indicação da data e lugar onde a nota promissória é passada.....	293
4.12.4. Falta de requisitos na emissão.....	296
4.12.5. Aplicação dos requisitos da letra de câmbio.....	297
4.12.6. Endosso, aval, vencimentos e pagamento.....	298
4.12.7. Protesto.....	311
4.13. Nota promissória rural, nota de crédito industrial e commercial paper.....	319
4.14. Nota Promissória Eletrônica no Direito Pátrio.....	326

5. ASSINATURA DIGITAL E BIOMETRIA..... 329

5.1. Internet e seus usuários.....	329
5.2. Assinatura digital e criptografia.....	333
5.2.1. Histórico da criptografia e modelos criptográficos.....	335
5.2.2. Processo eletrônico confiável.....	341
5.2.2.1. Autenticação	343
5.2.2.2. Privacidade.....	344
5.2.2.3. Autorização.....	344
5.2.2.4. Integridade de dados.....	344
5.2.2.4.1. Resumo de mensagens.....	345
5.2.2.5. Não repúdio.....	347
5.2.3. Assinatura digital como pilar de um processo eletrônico confiável.....	348
5.3. Biometria.....	350

5.3.1. Conceito e história da biometria.....	350
5.3.2. Sistema biométrico.....	353
5.3.3. Elementos Biométricos – físicos ou comportamentais.....	354
5.3.3.1. Reconhecimento facial.....	354
5.3.3.2. Impressão digital.....	355
5.3.3.3. Geometria da mão.....	358
5.3.3.4. Identificação pela íris e retina.....	359
5.3.3.5. Identificação pela voz, digitação e assinatura.....	360
6. DOCUMENTO, ASSINATURA E A MP 2.200-2/01.....	365
6.1. Noções clássicas de documento e assinatura.....	366
6.1.1. Documentos eletrônicos.....	375
6.2. Infraestrutura das chaves públicas brasileira.....	381
6.2.1. Comentários sobre a MP 2.200-2/2001.....	383
6.2.2. Certificação e documento eletrônico no direito estrangeiro.....	397
6.3. Documento eletrônico e assinatura digital como vetores para emissão e declarações cambiais eletrônicas.....	426
7. A POSSIBILIDADE DE EMISSÃO DE LETRAS DE CÂMBIO E NOTA PROMISSÓRIA ELETRÔNICAS E DEMAIS DECLARAÇÕES CAMBIÁRIAS.....	429
7.1. A importância dos títulos de crédito para economia.....	429
7.2. Princípio da cartularidade e novas perspectivas.....	434
7.2.1. Desmaterialização/transmutação de suporte e imaterialização nas cambiais eletrônicas.....	440
7.2.2. Títulos de crédito virtuais x títulos de crédito eletrônicos.....	450
7.3. Possibilidade da emissão de letra de câmbio e nota promissória utilizando assinatura digital.....	451

7.3.1. Emissão de nota promissória eletrônica.....	454
7.3.2. Emissão de letra de câmbio eletrônica.....	457
7.3.3. O endosso, aval e pagamento no meio eletrônico.....	463
7.3.3.1. Endosso de Nota Promissória e Letra de Câmbio eletrônica.....	464
7.3.3.2. Aval de cambiais eletrônicas.....	470
7.3.3.3. O pagamento das cambiais eletrônicas.....	472
7.4. A utilização da biometria nos títulos de crédito eletrônicos.....	478
7.5. Consequências para o meio jurídico e social com o não reconhecimento dos títulos virtuais.....	481
8. CONCLUSÃO.....	485
REFERÊNCIAS.....	489

PREFÁCIO

A obra “*Teoria geral dos títulos de crédito eletrônicos*”, de autoria dos professores Rodrigo Almeida Magalhães e Aluer Baptista Freire Júnior, é um dos trabalhos realizados dentro do Programa de Doutorado em Direito Privado da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Esta obra, a meu juízo, é importante por três razões, dentre outras, que destaco.

Em primeiro lugar, pela escolha do tema, pois, no domínio do direito empresarial, a imaterialização e a desmaterialização dos títulos de crédito – e, em particular, a questão da releitura da teoria cambiária a partir do suporte eletrônico – é, sem dúvida, uma das matérias que mais tem interessado nossa doutrina e, simultaneamente, uma das que mais debates tem levado à comunidade jurídica.

A desmaterialização e a imaterialização dos títulos de crédito são frutos dos usos e práticas comerciais que progressivamente tem alimentado a estrutura e o funcionamento jurídico dos negócios realizados por meio de mensagens de dados e mecanismos de identificação eletrônica.

Os documentos tradicionais com suporte de papel têm sido substituídos ou replicados pelos denominados documentos eletrônicos, em um processo que se tem denominado de desmaterialização. Pelo princípio da equivalência funcional ou não discriminação, um documento desmaterializado deve ter o mesmo significado e alcance jurídico de um documento eletrônico.

Sabe-se que a corporificação dos direitos constitui a coluna vertebral dos títulos de crédito, a tal ponto que existe um apego genético entre direito e documento, na concepção vivantina.

A prática empresarial, contudo, sugere a desmaterialização e a imaterialização como estratégias competitivas e eficientes na redução dos custos implicados na utilização dos documentos físicos.

Desmaterialização e imaterialização são fenômenos da praxe comercial que exigem uma releitura da teoria clássica dos títulos de crédito. Não devem, contudo, as expressões ser tidas como sinônimas. A desmaterialização é o processo pelo qual o documento de suporte material se transforma em um documento eletrônico, o que se denomina em matéria de títulos de crédito em transmutação de suporte.

Nas hipóteses em que o título de crédito é corpóreo e foi transmutado o seu suporte para eletrônico, se diz desmaterialização, mas, quando o título foi criado eletronicamente, como é o caso da Letra Financeira, dentre outros, estamos diante de um documento imaterializado. Diz-se, portanto, imaterialização ou desmaterialização total.

Mas tem uma *segunda realidade* nesta obra que traz contribuições inovadoras a respeito da questão envolvendo a desmaterialização dos títulos de crédito. A ausência do suporte cartular leva à conclusão de que os títulos de crédito deixariam de existir?

Em um passado bastante recente que remonta 1996 – talvez não tão recente em se tratando de tecnologia e da informática – Paulo Salvador Frontini já alertava para os problemas que poderiam advir do fenômeno da desmaterialização e da imaterialização dos títulos de crédito. Em seu artigo “Títulos de Crédito e Títulos Circulatórios: que futuro a informática lhes reserva?”, o autor ponderava as tendências e asseverava a necessidade de repensar a teoria dos títulos de crédito. Pensava¹ o autor que em razão do princípio da cartularidade, os títulos de crédito não deixariam de existir, mas teriam a sua utilização reduzida:

Assim, é evidente que, em prazo que reputamos breve, o Direito, especialmente o Direito Comercial, deve repensar consideravelmente a doutrina sobre a circulação dos direitos materializados em títulos (ou seja, direitos literalmente declarados sobre um documento de papel, as “cártulas”, longamente elaborada pela teoria geral dos títulos de crédito. Imaginamos que os títulos de crédito não deixarão de existir, mas terão sua utilização reduzida. Declarações cambiais da maior importância como, por exemplo, o aceite

¹ FRONTINI, Paulo Salvador. Títulos de crédito e títulos circulatórios: que futuro a informática lhes reserva? **Doutrina Civil – RT** n° 730, 1996, p. 62

e o aval, histórica e legalmente apostas sobre o papel em que se consubstancia a cártula, deverão ser reformuladas, simplesmente porque o título, enquanto documento material (“papel”), dotado de natureza de coisa corpórea, está deixando de existir em sua forma física.

Entretanto, a utilização dos títulos de crédito não foi reduzida. Pelo contrário, o seu número está cada vez maior com a criação dos chamados títulos de crédito do mercado financeiro, imobiliário e do agronegócio, dentre outros. Embora também se caracterizem como valores mobiliários – até porque são criados e circulam através de registros escriturais – o arcabouço legislativo referente aos títulos de crédito teve um aumento significativo desde então.

Apenas por mencionar, há, sem dúvida, uma aproximação entre o instituto dos títulos de crédito e os valores mobiliários. Dentre outros motivos, essa aproximação decorre exatamente da desmaterialização. Não obstante, são dois institutos distintos, cada qual com a sua regulamentação própria. Por isso, não se pode concordar com a opinião de alguns autores para os quais a desmaterialização principiaria o fim dos títulos de crédito:

Muitos preveem uma evolução para a desmaterialização total dos valores mobiliários à medida que a “revolução informática” avançar. Para outros, a desmaterialização total operada em França é o princípio do fim dos títulos pelo que deve dizer-se adeus aos títulos de crédito, figura jurídica que, na sua opinião, já não se justifica. Porém, não falta quem defenda o contrário, considerando que a informatização do mercado financeiro não comporta necessariamente o fim da documentação em papel dos valores mobiliários como essencial, argumentando com a experiência alemã e mesmo suíça.²

Ao contrário, o fim da documentação em papel não implica com a extinção dos títulos de crédito e a razão para isso é empírica. Vê-se, na legislação pátria, um número cada vez maior de títulos de crédito, embora deva-se reconhecer que, todos esses títulos de criação recente, são também funcionalizados como valores mobiliários, em regulamentação própria da CVM.

² FERREIRA, Amadeu José. **Valores mobiliários escriturais** – Um novo modo de representação e circulação dos direitos. Coimbra, Almedina, 1997, p. 74.

O *terceiro aspecto* desta obra repousa no fato de que a capacidade metodológica dos autores e a clareza conceitual dos temas abordados permitem e facilitam a sua entrada sem dificuldade no pensamento jurídico-empresarial.

Confio que o esforço que se tem realizado na releitura da teoria dos títulos de crédito, visando a sua readequação aos tempos atuais e futuros, seja reconhecido nesta obra, a qual oportuniza à comunidade jurídica reflexões levadas a efeito com seriedade, competência acadêmica e lucidez, refletindo aprofundamento e problematização do discurso jurídico.

A obra de Rodrigo Almeida Magalhães e Auler Baptista Freire Júnior reveste-se de inegáveis méritos e qualidades, com alta relevância expositiva e didática, fazendo com que sua leitura e estudo sejam de todo recomendáveis.

Prof. Dr. Jean Carlos Fernandes

Pós-doutor (Universidade de Coimbra), doutor (PUC-MG) e mestre em Direito Comercial (UFMG). Professor do Mestrado em Direito Empresarial da Faculdade de Direito Milton Campos. Coordenador Didático-Pedagógico do curso de graduação em Direito da Faculdade de Direito Milton Campos. Professor de Direito Empresarial da Faculdade Mineira de Direito da PUC-MG. Diretor Primeiro Secretário do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Advogado empresarialista.

“Confio que o esforço que se tem realizado na releitura da teoria do títulos de crédito, visando a sua readequação aos tempos atuais e futuros, seja reconhecido nesta obra, a qual oportuniza à comunidade jurídica reflexões levadas a efeito com seriedade, competência acadêmica e lucidez, refletindo aprofundamento e problematização do discurso jurídico.
A obra de Rodrigo Almeida Magalhães e Auer Baptista Freire Júnior reveste-se de inegáveis méritos e qualidades, com alta relevância expositiva e didática, fazendo com que sua leitura e estudo sejam de todo recomendáveis.”

Prof. Dr. Jean Carlos Fernandes



D' PLÁCIDO
EDITORA

www.livrariadplacido.com.br

ISBN 978-85-8425-318-0



9 788584 253180